

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MAPEAMENTO DE ESCOLAS DE ENSINO REGULAR NA CIDADE DE CODÓ – MA

Laiane Morais de Almeida
Renatha Quezya de Souza Oliveira
Kelly Almeida de Oliveira.

Universidade Federal do Maranhão-Campus VII - Codó

Laiane_morais@outlook.com

Requezya@gmail.com

Kell.oli@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho, traz uma abordagem a respeito da inclusão de alunos deficientes em escolas de ensino regular. Muito se tem falado em educação especial, educação inclusiva e das práticas dos professores referentes a essa temática. Vivemos em uma sociedade que inverte conceitos e que é cada vez mais adepta a prática do fazer somente por obrigação. No entanto, sabe-se que a sociedade vem sofrendo grandes mudanças, assim como a forma de se educar, bem como as práticas educacionais. Deste modo, o objeto de estudo deste trabalho, aferra-se as pessoas com deficiência e a sua inclusão em escolas regulares. Destarte, a importância desse trabalho se deve, portanto, na coleta de dados do mapeamento de escolas regulares do bairro Trizidela, sendo estas as escolas mapeadas: Recanto do saber, René Bayma, Governador Acher, Domingues Araújo e Prefeito Henrique Figueiredo, todas localizadas na cidade de Codó, no estado do Maranhão. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de campo, e de levantamento bibliográfico. Assim, a princípio, buscou-se na literatura a base teórica necessária para subsidiar e orientar o desenvolvimento do presente trabalho, recorrendo-se portanto, a autores com obras relevantes dentro da temática ora explorada. Esta pesquisa está fundamentada nas obras vinculadas à proposta deste, tais como Barbosa (2013), Domingues e Domingues (2009), Ferreira (1999), Freitas (2006), Rogalski (2010), Roldão (2003), Romero e Souza (2008), Silva (2014), Skliar (2006), Tardif (2002), Noronha e Pinto (2008), Mantoan (2006). Assim sendo, a pesquisa apresenta caráter contributivo, pois a apresentação dos dados desse mapeamento é significativa para que haja um conhecimento e compreensão dessas crianças deficientes que estão nas escolas regulares. Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar se de fato esses alunos estão incluídos ou apresentam-se somente inseridos na escola. Nessa perspectiva, o presente trabalho foi pensado e elaborado na disciplina de Educação Inclusiva, juntamente com a professora Kelly Almeida, visto que ainda não existia nenhum documento de mapeamento desses alunos deficientes em escolas regulares, tampouco se havia de fato a inclusão destes. Busca-se, portanto, apresentar dados pertinentes e significativos objetivando assim contribuir para o campo educacional.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Formação de professores, Escolas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem falado de educação inclusiva. Nesse sentido, a visão sobre a educação voltada para alunos deficientes tem se fortalecido na ideia de que as escolas precisam aceitar as diferenças existentes entre os alunos, precisam respeitá-las, incluí-las, além de que, precisam valorizá-las como elemento fundamental para que se tenha uma sociedade mais justa e democrática. Sociedade essa que lute por direitos iguais.

Portanto, Silva (2014) menciona que, além de pensarmos em uma educação inclusiva baseada nos aspectos anteriormente mencionados, é pertinente

ressaltar que a inclusão não deve ser vista como uma obrigação que precisa ser cumprida pela escola e por todos os envolvidos na comunidade escolar. Não se trata de “tolerar” ou “suportar” esses alunos, e sim de um dever, que é garantir uma educação de qualidade para todos, uma vez que o direito a uma educação de qualidade ficou garantido desde a Declaração Universal dos direitos humanos em 1948.

Diante disso, podemos mencionar que padrões educacionais ultrapassados estão sendo obrigados a sofrerem mudanças para que haja adaptações nas escolas regulares, para aceitação e inclusão de crianças deficientes em sala de aula. Sendo assim, essas mudanças giram em torno de uma nova concepção de compreensão da diversidade cultural, social e étnica. Em síntese a necessidade de se pensar em novos métodos para atender toda essa diversidade humana torna-se imprescindível (MANTOAN,2006 p.189).

Nesse sentido, se torna elementar, pensarmos em uma educação que de fato inclua esses alunos deficientes, dando-lhe oportunidades para crescerem e para participarem da vida social juntamente com os outros. Assim sendo, podemos destacar que:

A educação inclusiva pressupõe escolas abertas a todos, onde todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades, porque o ato educativo se centra na diferenciação curricular inclusiva, construída em função dos contextos de pertença dos alunos, à procura de vias escolares diferentes para dar resposta à diversidade cultural, implementando uma práxis que contemplem diferentes metodologias que tenham em atenção os ritmos e estilos de aprendizagem de aprendizagem dos alunos (ROLDÃO, 2003, p.23).

Dado isso, podemos perceber a importância da inclusão desses alunos em escolas regulares. Nessa perspectiva, o presente trabalho foi pensado e elaborado na disciplina de Educação Inclusiva, juntamente com a professora Kelly Almeida, visto que ainda não existia nenhum documento de mapeamento desses alunos em escolas regulares, tampouco se havia de fato a inclusão dos mesmos. Assim sendo, busca-se, portanto com esse trabalho apresentar dados pertinentes e significativos objetivando assim contribuir para o campo educacional.

Portanto, abordaremos nesse trabalho primeiramente os marcos históricos a respeito dessa educação inclusiva, em seguida, como essa educação tem sido vista nos dias de hoje, pois somos sabedores de que a mesma já passou por diversas mudanças e concepções. Em seguimento, refletiremos sobre a formação de professores em escolas regulares e como é realizado esse trabalho dedicado aos alunos deficientes, nessa sequência apresentaremos os dados do mapeamento realizado em cinco escolas da cidade de Codó- MA, sendo elas, quatro públicas e uma particular. Essa distinção foi pensada para analisar como se é praticada a inclusão em instituições públicas e privadas.

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ÂMBITO MUNDIAL E NACIONAL

Ao longo dos anos, assuntos relacionados ao que diz respeito as pessoas deficientes apresentou-se de forma significativa. Assim sendo, tornou-se perceptível o fato de que, tanto a forma como elas eram vistas, tratadas e conseqüentemente a educação que estas recebiam modificaram-se com o passar dos anos. Na antiguidade essas pessoas eram vistas como aberrações, e seus tratamentos variavam desde a sua execução logo após o nascimento, até mesmo a prática do exorcismo. A respeito dessa prática podemos mencionar que:

Durante a idade média, os portadores de deficiência eram praticamente exorcizados devido à atribuição da deficiência com a ira de Deus sobre essas pessoas, o que fazia com que as práticas de benzedura e ritos misteriosos fossem constantes entre as camadas mais pobres da população de algumas regiões da Europa (BARBOSA,2013, p.13).

O que se pode constatar é que essa mudança na visão de tratamento para com essas pessoas deficientes se torna uma variante, sendo referente às características da sociedade, portanto, variando de uma para a outra. Já na modernidade, de acordo com a mesma autora, os deficientes eram relacionados a pessoas doentes e incapazes de exercer qualquer atividade, principalmente as que dizem respeito a aprendizagem.

Tratando-se da temática aqui abordada em âmbito Mundial, a visão relacionada a cuidados de pessoas deficientes logo após a Segunda Guerra Mundial sofre um marco. Nesse período a educação inclusiva tinha sido iniciada como pauta das conversas em vários pontos do mundo como Estados Unidos, Europa e Canadá. O fato é que, depois da Segunda Guerra surge a necessidade de reabilitar os guerrilheiros feridos na mesma, para que assim voltassem a servir novamente. Nesse empasse, Rogalski menciona que:

Feridos da guerra se tornaram deficientes. Uma vez reabilitados, voltariam a produzir. Ao redor deles, foi surgindo uma legião multidisciplinar de defensores de seus direitos. Eram cidadãos que se sentiam, de algum modo, responsáveis pelos soldados que tinham ido representar a pátria no front, há décadas. Apesar de danos e perdas, o saldo foi positivo. O mundo começou a acreditar na capacidade das pessoas com deficiência (ROGALSKI, 2010, p. 6).

Relacionando essa questão em âmbito nacional, a educação inclusiva ganha força no período Imperial e no ano de 1854 foi criado o Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto Imperial dos Surdos-mudos, por Dom Pedro II (ROMERO & SOUZA, 2008, p.3095). Assim, é perceptível que desde então várias outras atitudes foram desencadeadas e influenciaram de forma grandiosa a educação especial. Os autores supracitados dividem a história brasileira em duas partes. A primeira, ainda no Império, as pessoas com deficiência eram condicionadas a trabalhos braçais ou então ficavam reclusas e suas casas, sujeitas

aos cuidados da própria família. Na segunda fase, surge a necessidade de escolarização populacional, e quanto aos indivíduos deficientes, percebeu-se que os mesmos deveriam receber um espaço social separado, formando-se então as instituições privadas e as classes especiais.

Nessa mesma perspectiva, Domingues e Domingues (2009) dividem a educação especial no Brasil em duas fases. A primeira está relacionada pelas manifestações governamentais que se deram de formas isoladas, englobando os anos de 1854 até 1956. A segunda fase está relacionada com iniciativas de âmbito nacional que começaram em meados de 1957. De certo que essas criações supracitadas deram impulso para várias outras manifestações a nível de campanhas e reivindicações que visavam a educação de indivíduos deficientes.

O interessante é que não podemos deixar de destacar é que esses movimentos entre grupos de pessoas começaram a perceber a necessidade de ampliar o diálogo relacionado ao tratamento dos sujeitos deficientes e de repensar sobre as práticas excludentes frequentes na sociedade, criando assim, a Declaração Salamanca (1994) justamente relacionada a esses fatores. Romero e Souza, (2008) destacam que “a partir da Declaração de Salamanca (1994) o Brasil oficializou a discussão de ideias diferentes. Este documento traz uma nova visão de educação especial, pois possui uma outra concepção de criança.” Entende-se então um novo momento. Eles concluem que as escolas regulares são os locais ideais para se combater a discriminação e o preconceito então gritante. Eles ainda mencionam:

A nova Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1996, incorpora os princípios da Declaração de Salamanca e a partir dela verifica-se toda uma alteração na legislação brasileira onde, nota-se a intenção de tornarem-se possíveis, as mudanças sociais necessárias para a construção de uma escola inclusiva (IBID, p. 3098).

Percebe-se então que é nesse momento que começa a se pensar uma escola inclusiva, onde os alunos deficientes devem estar em contato com os tidos como “normais” e que eles também são possuidores de capacidades. Visto que a educação especial antes tida como educação voltada especial e exclusivamente para deficientes internados em manicômios já não era mais tido como uma atitude certa. Deste modo, pensou-se então em uma educação inclusiva, que atendia de fato esses alunos deficientes, proporcionando uma integração e inclusão juntamente com os demais alunos. Ou seja, o que antes era uma educação que colocava esses alunos deficientes em uma espécie de bolha, começou a se expandir e pensar em uma inclusão real destes em escolas regulares.

3. CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO HOJE

Segundo Silva (2014) pessoas deficientes tem os mesmos direitos garantidos a todos os seres humanos segundo a Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) de nosso país. Nesse sentido, faz necessário que todos desenvolvam ações que garanta esses direitos, não só nas escolas mas, em todos os lugares.

É importante que se pense no conceito de diferença de uma forma mais ampla. Skliar (2006) traz-nos a interessante faceta de que devemos olhar a diferença de uma forma mais ampla e por sua vez libertadora. É importante que vejamos a diferença como algo interior a nós mesmos, ou seja, todos nós temos diferenças, o importante é que se deve mudar a forma com a qual se observa essa diferença. Olhar de uma forma negativa acaba rotulando a diferença como algo ruim, negativo e que foge do “normal”.

Nesse sentido, olhar a diferença de forma que o princípio de alteridade seja praticado. Nesse contexto, o autor mostra que de certa forma, o espaço escolar não está preocupado com as diferenças e sim com as “anormalidades”, isso acaba por criar rótulos cada vez mais negativos. É importante que a escola seja um ambiente que de fato pratique essa inclusão, não só com alunos que apresentam alguma especificidade, mas com todos os alunos, visto que a diferença é que forma a identidade de cada um.

Voltando para a área escolar, alunos deficientes devem ser incluídos, aceitos e respeitados frente às demais pessoas. Cabe também no que diz respeito ao espaço escolar, que esse aluno na condição de deficiência tenha direito a uma educação especializada. Porém, não que vise sua deficiência como uma limitação, mas que a escola ofereça todas as possibilidades de oportunidades educacionais, sociais oferecidas por ela. Desta forma, Silva (2014) referindo-se as práticas educativas que atendam esses alunos deficientes afirma que:

O desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, atendendo aos princípios da inclusão, junto a alunos com deficiência intelectual, sensorial ou física, envolve, entre outros fatores: a percepção da deficiência como mais um a condição de o ser humano estar no mundo; a aquisição de conhecimentos específicos que considerem as implicações decorrentes de cada deficiência no desenvolvimento da aprendizagem de tais educandos; a compreensão de que as bases pedagógicas são as mesmas para o ensino a qualquer alunos e que a maior diferença em ensinar crianças, jovens e adultos na condição de deficiência começa no nosso olhar em relação a cada um deles; a consciência de que temos de nos especializar no aluno, independentemente da condição em que ele esteja- não em sua deficiência. Acreditamos que, assim estaremos contribuindo para uma escola, para uma sociedade, em que as diferenças não estejam apenas toleradas, mas ressignificadas e celebradas. (SILVA, 2014, p.12).

Posto isso, é perceptível que ainda há uma restrição quanto a uma educação inclusiva nas escolas. Hodiernamente, é natural ouvirmos pessoas falando da necessidade de se haver esse ensino sem exclusão, no entanto, não sabem ainda como de

fato incluir esses alunos deficientes. Estes são vistos como problemas e anormais diante de uma sala repleta de alunos “normais”, ou seja, são vistos como alunos, crianças, jovens e/ou adultos que não se encaixam nas escolas regulares.

De todo modo, Skliar, (2006) afirma que esses indivíduos deficientes são tidos como anormais e que algo está errado, há algo errado nesse sujeito, possuir uma deficiência é um problema. Assim sendo, o autor afirma que o problema não está na deficiência do outro, não há algo de errado com esse sujeito, mas sim que o problema reside na “normalidade”, na “norma”, no “normal”. O problema é que anormalizam tudo e todos, e esse tipo de olhar não é profícuo para educação especial e muito menos para a educação em geral.

4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Freitas (2006, p. 162.) quando se trata de uma educação inclusiva, logo se descarta todas as possibilidades de um método tradicional em sala de aula. Na atualidade, o ensino tradicional não tem mais espaço. Neste sentido, além de não utilizar métodos ultrapassados, necessita-se de professores capacitados para ensinar esses alunos, precisa-se de professores que renovem sua didática de acordo com os seus alunos. Na educação inclusiva não deve ser diferente. Os professores precisam rever sua prática e oferecer um ensino adequado a esses alunos, pois só é possível aprender se alguém ensinar, e esse ensino, segundo Vygotsky (1983) só acontece quando alguém se propor a ensinar e fizer a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Portanto, segundo Ferreira (1999 p. 165) para que haja uma educação de qualidade para pessoas portadoras de deficiência é imprescindível que algumas reformas sejam feitas tais como: formação de professores, organização e flexibilização das formas de organização curricular.

No entanto, não basta apenas colocar esses alunos na escola e realizar as mudanças acima mencionadas, é preciso também que haja uma mudança na visão de outras pessoas que estão envolvidas com esses sujeitos deficientes. Estes não precisam serem vistos como pessoas que precisam de ajuda, e nem rotulados ou identificados socialmente como incapazes. Suas limitações precisam ser minimizadas e suas potencialidades maximizadas. Ademais, precisam, acima de tudo, que sejam respeitados e incluídos nos mais diversos espaços sociais.

Freitas (2006, p.164) afirma ainda que incluir é acima de tudo garantir uma educação de qualidade para todos e a formação do professor é a base do processo de inclusão. No que diz respeito a formação do professor, Tardif (2002, p.177) menciona também que o professor precisa encorajar seu aluno, precisa fazê-lo sentir que ele é capaz

de aprender e que ele na posição de professor pode fazer algo para isso. Posto isso, Freitas (2006, p. 169) ainda afirma, contundentemente que, “a formação do professor de modo geral (educador especial ou educador de classe comum) deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares”.

Posto isso, podemos afirmar que esses alunos precisam ser vistos como pessoas capazes, precisam ser incentivados e se sentirem incluídos nas escolas. Precisam ser compreendidos e não percebidos como problemas que precisam ser tolerados. É indispensável oferecer oportunidades que ampliem a acessibilidade que oportunize as condições necessárias à independência e autonomia.

METODOLOGIA

Nesse sentido, apresentaremos os dados adquiridos do mapeamento de cinco escolas de Codó/MA, nas seguintes escolas: Recanto do Saber, René Bayma, Governador Archer, Domingos Araújo e Henrique Figueiredo. Todas estão localizadas no Bairro São Raimundo – Trizidela. As respectivas escolas são públicas, exceto a primeira que é privada e foi analisada para que fosse possível perceber se há alguma diferença no modo que trabalham com esses alunos, em relação às escolas públicas.

Esta é uma pesquisa bibliográfica e de campo. Inicialmente buscou-se na literatura a base teórica necessária para subsidiar e orientar o desenvolvimento do presente trabalho, recorrendo-se portanto, a autores com obras relevantes dentro da temática ora explorada. O trabalho ora apresentado teve iniciativa da professora Kelly Almeida, na disciplina de Educação Inclusiva, que nos deu a responsabilidade de fazer o mapeamento de escolas regulares que atendiam crianças deficientes nos diversos bairros da cidade de Codó, este trabalho apresenta os dados das escolas do bairro São Raimundo -Trizidela da cidade supracitada, sendo estas as escolas visitadas: Recanto do saber, René Bayma, Governador Acher, Domingues Araújo e Prefeito Henrique Figueiredo. A priori, o objetivo era identificar as escolas que recebiam alunos portadores das seguintes deficiências: Síndrome de Down, Autismo, Deficiência visual, auditiva e mental, considerando os seguintes aspectos importantes a serem investigados como: o nome da criança, sexo, idade, condição socioeconômica, nível de escolaridade, se a mesma reside na zona urbana ou rural, além disto, nos propomos a averiguar se as instituições visitadas dispõem de adaptações físicas, curriculares, especialistas e material didático adequado. Porém, durante as visitas percebemos que as escolas atendiam crianças com deficiências distintas das solicitadas no início da pesquisa. Nesse sentido, percebemos a necessidade de coletar dados de crianças que não se

encaixavam nas deficiências acima citadas, será perceptível essas informações nos resultados obtidos. Ademais, vimos como ponto principal verificar se essas crianças estavam meramente inseridas ou incluídas de fato nas referidas escolas. Nesse sentido, ao apresentarmos os resultados desta pesquisa e ao fazermos referência aos alunos das escolas utilizaremos nomes fictícios para que seja preservada a identidade dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira escola visitada foi a Escola Recanto do Saber, a mesma conta com uma quantidade de 122 alunos matriculados, sendo três deles alunos deficientes, no entanto um deles apresenta uma deficiência diferente das citadas acima. O aluno João, sexo masculino, 8 (oito) anos de idade, cursa o segundo ano na referida escola. Apresenta uma deficiência motora e mental, é de uma família de baixa renda, este toma remédio controlado e é atendido pela psicóloga da escola.

A aluna Maria, prima do aluno mencionado anteriormente, tem apenas 5 (cinco) anos de idade, cursa o nível dois e apresenta Síndrome de Down, é de uma família de baixa renda. Outro aluno chamado Carlos, tem apenas quatro anos, cursa o nível 1 (um) e apresenta segundo sua professora microcefalia contrária, ou seja contém água na cabeça e para retirada desta água conta com ajuda de uma sonda interior que precisa ser trocada e tem acompanhamento médico em São Luís, o mesmo mora com os pais. Nos três casos apresentados os alunos apresentam dificuldades para acompanhar os conteúdos, nesse sentido a professora trabalha com atividades pontilhadas para aprimorar a coordenação motora.

De acordo com os dados percebemos que esses alunos estão sim incluídos, pois é notória a preocupação e cuidado com esses alunos. Foi possível perceber que os responsáveis envolvidos no processo de aprendizagem dessa escola, conhecem seus alunos e adaptam suas aulas de acordo com a realidade e necessidade dos mesmos, a instituição apresenta uma área de recreação para essas crianças, no entanto é uma escola bem pequena o que dificulta as adaptações físicas caso houvesse outros alunos portadores de outras deficiências.

A segunda escola visitada foi René Bayma, a mesma conta com um número de 199 alunos matriculados no turno matutino e foram identificadas apenas duas alunas deficientes. A aluna Luana, é cadeirante, 9 (nove) anos de idade, cursa o segundo ano, mora com os pais, sua família é de baixa renda e na escola precisa da ajuda da professora pra tudo. A professora trabalha com atividades diferenciada mas afirma que a aluna falta bastante e por esse motivo ainda tem dificuldades de aprendizagem. Afirmou também que os amigos de sala a ajudam bastante.

Na mesma escola, a aluna Renata, 13 anos, cursa o quinto ano, mora com os pais, sua família é de baixa renda e a mesma apresenta autismo. A professora não utiliza atividades ou materiais diferenciados para ensinar a aluna e afirma que a mesma tem muita dificuldade de aprendizagem. Isso nos faz perceber esses alunos estão apenas inseridos na escola, pois apesar da escola oferecer adaptações físicas para os alunos com deficiências, não dispõe de profissionais capacitados para lidar com essas crianças.

A terceira escola visitada foi a escola Governador Archer, a mesma se encontra em reforma o que dificultou analisar as adaptações da mesma para alunos deficientes e também ter um contato com professores e alunos. Segundo o diretor, a escola tem dois alunos deficientes, o aluno Francisco, 16 anos de idade e a aluna Júlia, 14 anos de idade. O primeiro cursa o oitavo ano e de acordo com a professora e o diretor apresenta um retardo mental, mora com pais, o mesmo é muito participativo, mas as vezes apresenta um comportamento agressivo e se isola, não acompanha bem as atividades e a professora não consegue trabalhar separadamente com ele. Ela ainda afirma que ele é um aluno alfabetizado, porém, não letrado.

Júlia, apresenta Hipotireoidismo congênito e cardiopatia congênita. O diretor relatou que essa aluna mostra um baixo rendimento de aprendizagem devido sua deficiência, no entanto, não é trabalhado com esses alunos atividades de apoio especializado. Isto, torna perceptível que a referida escola apenas inserem seus alunos no processo de aprendizagem não conhecendo seus alunos e não contando com ajuda de especialistas.

A quarta escola foi a U. E. M. José Domingues Araújo possui 560 alunos matriculados (matutino e vespertino), segundo informações disponibilizadas pela diretora. Observando as características físicas da escola, há uma rampa bastante inclinada logo na entrada, portas estreitas e salas sem ventilação. Portanto, não apresenta estrutura física adequada para receber alunos/crianças ou quaisquer outros sujeitos possuidores de deficiência.

A escola apresenta quatro alunos portadores de deficiência, sendo três (03) com epilepsia, todos do sexo feminino e um com afasia este do sexo masculino. A idade deles varia entre 7 e 13 anos e o nível de escolaridade é do 1º ao 4º ano. Estes são de família com baixa renda. Além das dificuldades perceptíveis na estrutura da escola, os professores não buscam metodologias que de fato incluem essas crianças e adotam comportamentos diferenciados com as mesmas. Portanto, podemos constatar que o corpo docente demonstra despreparo para trabalhar com esses alunos, e conseqüentemente estes não estão incluídos e sim meramente inseridos.

A quinta e última escola visitada foi a escola Prefeito Henrique Figueiredo, a mesma tem 270 alunos matriculados sendo 1 (um) deles deficiente. Pedro, sexo masculino, 16 anos de idade, cursa o 6º ano, sua família é de baixa renda e o mesmo é cadeirante. Diante das observações feita esta escola não possui adaptações físicas, curriculares e nem materiais didáticos para crianças deficientes.

Diante da análise feita a partir dos dados coletados nas escolas regulares de Codó – MA, podemos mencionar Freitas (2006, p. 169), onde o mesmo afirma que “A formação do professor de modo geral (educador especial ou educador de classe comum) deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares”.

Portanto, a formação adequada dos professores atuantes na educação especial, é fundamental para proporcionar uma melhor colaboração, bem como o respeito e a coletividade em sala de aula. Nesse sentido, é importante mencionar que essa educação inclusiva está para além de uma formação especializada, é imprescindível compreender de fato o que é educação inclusiva. Posto isso, é importante ressaltar que educação inclusiva:

É um processo em que se amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos (NORONHA E PINTO,2008, p. 01).

Assim sendo, se faz necessário favorecer condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e capacitar as escolas para atender todos esses alunos.

CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi analisado, percebemos que há poucos alunos deficientes matriculados nas escolas, e que as mesmas não apresentam adaptações físicas, curriculares e na formação de professores para atuarem na educação especial. Muitos professores estão despreparados e são incompreensíveis com esses alunos, o que é preocupante. Ademais os materiais didáticos trabalhados com os alunos não têm nenhuma adaptação de acordo com suas necessidades.

Como afirma Skliar (2006), a escola e os professores não estão preparados para receber crianças deficientes. Esse fato é perceptível também em todas as escolas visitadas, os diretores e professores que foram os responsáveis por nos informar os dados sobre esses alunos, demonstraram pouco conhecimento sobre a deficiência deles, não sabendo nos informar dados significantes para organização e funcionamento da escola. As mesmas também não dispunham de adaptações adequadas para inclusão de fato desses alunos, não oferecendo atendimento especializado para seus alunos o que mais uma vez

se torna um dado agravante na formação dessas crianças. Outro ponto preocupante foi a afirmação de professores e gestor (a) afirmando que os alunos deficientes que estavam matriculados nas escolas faltam muito, dado isso, podemos perceber que os pais dessas crianças não tem conhecimento de que essas escolas devem a esses alunos o direito de uma educação de qualidade e inclusiva. É notório também que esses alunos apenas frequentam essas escolas mas não tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos e sua autonomia. Em suma, concluímos que a educação inclusiva em escolas regulares precisa ser repensada e praticada de fato.

REFERENCIAS

BARBOSA, Monica Gomes de Sá. **Os avanços da educação especial ao longo da história - da segregação à inclusão** -. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Ciências Humanas da UNIRIO, como requisito para obtenção do grau de Pedagogo. Macaé, 2013.

DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra; DOMINGUES Mariana Rosa Cavalli. **Educação especial: Historicidade e Legislação**. Lins – São Paulo, 2009. Disponível em:<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC00614563909.pdf>.

Acesso em: 23 de Junho de 2017.

FERREIRA, M. C.C. **Construindo um projeto político-pedagógico para a formação de educadores no contexto da educação especial**. In: BICUDO, M.A e SILVA JÚNIOR, C.A. (orgs.). **Formação do educador e avaliação educacional**- Volume 1. São Paulo: Unesp, 1999.

FREITAS, S. N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo processo**. In: RODRIGUES, David, (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo, 2006.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial**. Revista de Educação do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU) – REI. Vol. 5 – Nº 12, Julho – Dezembro, Rio Grande do Sul, 2010.

ROLDÃO, M.C. **Diferenciação curricular e inclusão**. In: DAVID, Rodrigues, (org.). **Perspectiva sobre a inclusão da educação à sociedade**. Porto: Porto Editora, 2003.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. **Educação inclusiva: alguns marcos históricos que Produziram a educação atual**. São Paulo, 2008. Disponível em:

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf. Acesso em: 25 de Junho de 2017.

SILVA, L.G.S. **Educação Inclusiva: prática pedagógica para uma escola sem exclusões**. 1 ed. – São Paulo: Paulinas, 2014.

SKLIAR, Carlos. **A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”**. In: RODRIGUES, David, (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo, 2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes profissional**. Petrópolis: Vozes 2002.

NORONHA, E. G.; PINTO, C. L. **Educação Especial e Educação Inclusiva: aproximações e convergências**. Disponível em:

http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%8ANCIAS.pdf Acesso em: 16 de Setembro de 2017.

MANTOAN, M.T.E. O direito de ser diferente, na escola. In: RODRIGUES, David, (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo, 2006.

VYGOTSKY.L.S. **Fundamentos de defectología**. Havana: Pueblo y Edducación, 1983